

2.1 EXPLORAÇÃO DA VEGETAÇÃO: A BRALANDA

Descrito o quadro passado e atual da vegetação se faz necessário uma análise do processo de sua exploração. O desmatamento ocorrido na região de Nanuque pode ser analisado sob duas vertentes: uma vinculada ao processo de povoamento e do outro lado a exploração comercial. Alguns remetem o problema para os pequenos e antigos produtores, outros, no entanto, destinam a responsabilidade pela retirada da cobertura vegetal natural, então, existente, às serrarias que se instalaram no município.

No capítulo que trata da história do município foi relatado que várias serrarias como a Cia Industrial do Mucuri, Bralanda, Serraria Montanha e outras, atraídas pela grande reserva de Mata Atlântica, realizaram a exploração da madeira em toda a área do município. Porém, a madeireira Brasil Holanda S. A. (Bralanda) se destaca dentre todas as serrarias. Na verdade ela não era uma simples serraria, era uma indústria multinacional. *“A principal atividade econômica do município é a indústria madeireira. Além da extração propriamente dita, há, ainda o beneficiamento de grande parte, com o fabrico de tacos para pavimentação, lâminas de compensado para móveis e outros fins, etc”* (IBGE, 1959:175). Esta referência do IBGE é com relação a toda a atividade industrial que a Bralanda executava o município, desde a retirada das árvores passando pelo processo de industrialização e terminando com as operações comerciais internacionais.

A indústria madeireira Bralanda adentrou em Nanuque, por volta dos anos 40, depois de efetuar, por longos anos, o desmatamento de áreas do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. *“No Sul da Bahia observa-se mesmo a ação de grandes madeireiras como a Flonibra a Bralanda e Cia. Itamarajú Agro-industrial que atuam desmatando e implantado projetos de reflorestamentos”* (ANDRADE, 1982:331)

Apesar de ter promovido uma vasta degradação vegetal nas regiões citadas, a Bralanda é recebida e Nanuque como uma indústria difundidora do progresso e sua atitude, aqui, é vista como um desafio que lhe fosse custar muito sacrifício. A admiração pela atitude desse grupo empresarial encabeçado pelos holandeses pode ser percebida através do seguinte relato: *“Embora não contassem com infra-estrutura para suportar o empreendimento industrial, não vacilaram em enfrentar o árduo desafio a que se propuseram e acabaram por vencê-lo”* (BNB, 1984:12). Entretanto, na mesma página da revista desta instituição financeira vê-se que *“a BRALANDA conta com uma frota de tratores de esteira e florestais, bem como de viaturas especiais para extrair e transportar as toras com que abastecem seus parques”*. O que demonstra que a empresa era bem equipada para exercer sua atividade e contava, ainda, com a Estrada de Ferro Bahia e Minas (Baiminas) para escoar sua produção, além de ter o apoio por parte das pessoas influentes do município.

Com relação a este tipo de empresa MONTEIRO (1981:60) diz que as *“multinacionais madeireiras demonstram uma funesta tradição firmada entre nós de nos espoliarmos o mais depressa possível de nossos recursos”*. A Bralanda controlava seus parques industriais localizados, principalmente, no interior dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, através do seu escritório central no Rio de Janeiro, de onde efetuava as transações comerciais com o exterior, era a maior fábrica de compensados da América Latina (FOTO 13). Portanto, lugares como Nanuque não passava de meros fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra barata, uma relação que caracteriza o comércio entre os países pobres e ricos executada dentro de um mesmo país.

“Naturalmente que às empresas não interessa produzir um espaço que não se deteriore, que seja capaz de absorver a mão-de-obra local e dar à população uma boa qualidade de vida, mas um tipo de espaço que se torne sensível a uma exploração intensa ou menos intensa, em função da demanda dos produtos de cada área no mercado nacional e internacional”(ANDRADE, 1982:39)

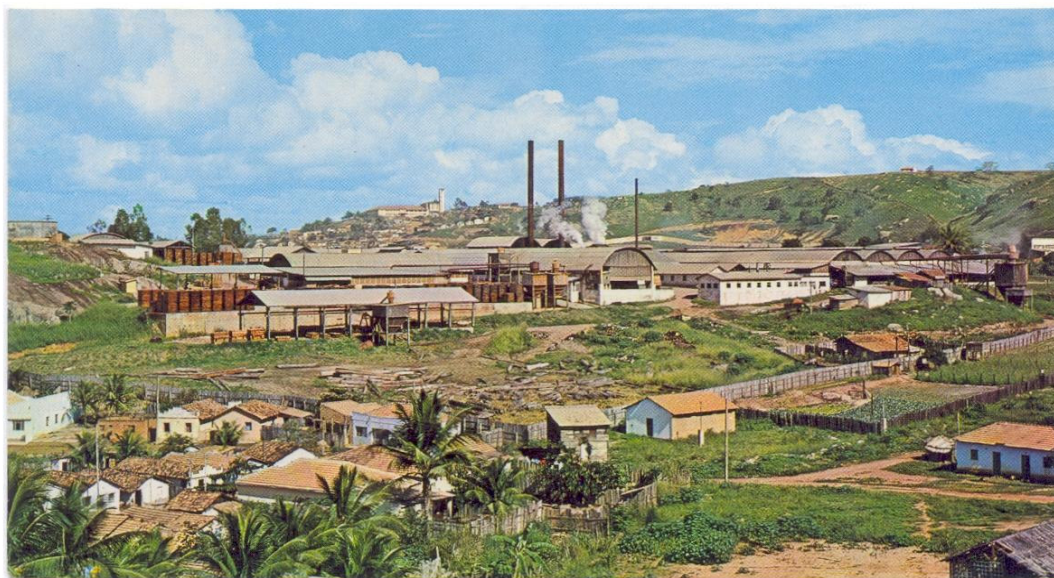


Foto 13 – Cartão postal do antigo Parque Industrial da Brasil Holanda S.A. símbolo do desenvolvimento econômico de Nanuque. A empresa, conferia à Nanuque o título de pólo madeireiro. Por outro lado, ela representou a exploração em larga escala da vegetação nativa.

A disputa pelas áreas ricas em madeira ultrapassava qualquer barreira geográfica. O IBGE (1977) descreve essa competição entre as regiões de São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, identificando as áreas fornecedoras de matéria-prima que estão a centenas de quilômetros dos pólos de negociação:

“Enquanto na região bandeirante a industrialização da madeira é questão de disputa com empreendimentos mato-grossense, na do Rio de Janeiro ela permanece ligada a interesses da Ex-Guanabara, respondendo por coeficientes de localização elevados em pontos distantes, como Colatina-ES ou Nanuque – MG, junto às reservas florestais da divisa com a Bahia”.

É inegável que a fase de desenvolvimento econômico (ou progresso como alguns preferem) pela qual Nanuque passou deve-se a Bralanda, foi através dela que o município se tornou uma referência como pólo-madeireiro no Estado de Minas Gerais. No entanto, uma excessiva admiração pela empresa pode conduzir a uma situação de amnésia temporária, afinal o município possuía um patrimônio natural que foi amplamente espoliado pela referida indústria. Para MONTEIRO (1981:105) *“tudo isso parece demonstrar que não há um sentimento de xenofobia entre nós e, talvez mesmo, haja um hábito arraigado em conferir ao estrangeiro crédito de melhor capacitação, respeito e, por isso tudo, estima”.*

Houve uma troca entre a Bralanda e a comunidade, a empresa entrou com as máquinas e oferta de emprego e o município ofereceu as reservas de matas e uma população carente por empregos. Por outro lado, questionamos: será que a Bralanda se instalaria no município se este não lhe oferecesse condições ambientais e estruturais para a exploração de sua matéria-prima? Findando a sua fonte de matéria-prima, por volta dos anos 80, a Bralanda abandona Nanuque deixando um rastro de destruição de toda vegetação nativa. A principal consequência desse abandono para o meio natural foi a destruição da vegetação nativa. No entanto, a Bralanda não causou somente danos ao meio físico, mas também, de ordem humana, causando desemprego em seu parque industrial e em quase todo o comércio do município.

Nas áreas do Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo onde foi, também, realizada a exploração da Mata Atlântica a paisagem passou a ser dominada pelas florestas de eucaliptos e pinus. Estas florestas, nem de longe, terão a capacidade de produzirem os efeitos de uma mata natural, *“uma floresta artificial parece vazia se comparada a uma primitiva e não possui os inúmeros vegetais e animais que acompanham as espécies dominantes nas florestas temperadas, e muito menos ainda na diversidade excepcional das pujantes florestas tropicais”* (DORST, 1973:148).

Para TRICART (1977):

“Reflorestamentos como os de eucaliptos e alguns Pinus impedem o crescimento do estrato herbáceo e permitem uma intensa transmissão de energia à superfície do solo, com erosão pluvial e escoamento. A dinâmica do ecossistema é totalmente alterada, em sentido desfavorável” (p.25).

No entanto, nas áreas onde foram implantadas, geram muitos empregos (fixos e temporários) e é uma atividade que se mostra, no momento, irreversível e ainda em expansão. De uma certa forma houve uma compensação social e econômica da qual Nanuque não participou (sem querermos justificar o desmatamento descomedido que se processou nas áreas citadas).

Quando se trata de questões relacionadas com o desmatamento geralmente envereda-se somente pela análise da agressão ao meio natural, o que é inegável se feito de maneira indiscriminada. Porém, esta atividade, ao nosso entendimento, é responsável direta pela ocupação e transformação do espaço, não somente para as práticas agrícolas, mas, também, originando núcleos de povoamento. Este, por exemplo, é o caso de Nanuque, *“a nossa cidade nasceu e cresceu em função da madeira aqui extraída”* (FONSECA, 1985:32).

A maioria das literaturas que tratam de questões como o surgimento e ou expansão das cidades relatam, somente, a estreita relação entre um núcleo urbano e o ambiente rural. A nossa observação objetiva provocar reflexões introduzindo a idéia de que tanto a cidade e o campo crescem em função da diminuição ou, até mesmo, da eliminação de um ou mais componentes da paisagem. A vegetação de matas (pela ordem de ocupação em primeiro lugar a Mata Atlântica e em seguida a Amazônica) e mais recente o bioma do Cerrado cederam espaço em benefício da expansão urbana e rural. E este é um procedimento que vem sendo executado desde o tempo em que as terras brasileiras eram povoadas pelos grupos indígenas mais antigos, que estavam na transição do nomadismo para o sedentarismo como explica FERRI (1980:141): *“praticada pelo índio que derrubava a mata e ateava-lhe fogo, para nela cultivar, principalmente mandioca e milho”*. Tínhamos, aí, ainda que primitivo, um núcleo rural consorciado com a mata e que mais tarde evoluiria para o urbano. Este sistema de produção (mais de caráter de subsistência), aos poucos, está sendo implantado em alguns Estados do Brasil, objetivando uma atividade que dê sustento ao produtor, mas que conserve uma parte da vegetação nativa.

Os estudos referentes ao aparecimento de núcleos urbanos invariavelmente procuram identificar algum elemento de ordem econômica (extração mineral, pecuária, agricultura, rodovias etc.) que pudesse explicar o desenvolvimento de certas comunidades. No entanto, desprezam o fato de que estas comunidades, com suas edificações e ou suas atividades agropecuárias, ocuparam um determinado espaço (primário) onde, provavelmente, havia um tipo de vegetação preexistente, que teve que ser subtraída em prol das atividades humanas, uma delas é a construção de um novo

espaço. Talvez não seja escopo desses estudos avaliarem a ocupação do espaço sob o ponto de vista da sua transformação inicial, mas, para nós geógrafos que trabalhamos com uma visão que ultrapassa o simples descrever de um fato, esta relação (retirada da cobertura vegetal primária X aparecimento de núcleo urbano ou rural) não pode ser desprezada ao estudarmos a ocupação de uma área qualquer. *“O desmatamento foi e continua a ser um processo corrente para a ocupação inicial das terras”* (BECKER, CHRISTOFOLETTI, DAVIDOVICH e GEIGER, 1995:339).

Acreditamos que a compreensão acerca da diferença dos objetivos do desmatamento ocorrido no início do povoamento de Nanuque e o desmatamento efetuado no período Bralanda, seja de fundamental importância para um melhor entendimento de uma relação, histórica entre o homem e seus diferentes anseios, tendo como cenário vivo desta relação o meio ambiente. Ao tratarmos os dois tipos de desmatamento um mesmo nível, poderemos estar cometendo injustiça com os verdadeiros responsáveis pela construção do município e de sua história.

3 – UMA PEQUENA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA

“Os estudos recentes sobre o meio natural estão relacionados às preocupações com a preservação da vida, com os danos causados ao meio natural, pela crescente pressão da sociedade urbana industrial, que gera riscos ecológicos sem precedentes, e cujos custos de controle dos prejuízos são muito altos produzindo, também, resíduos não assimilados pela biosfera” (DEL GROSSI, 1991:26)

Ao longo da nossa pesquisa abordamos os aspectos físicos do município de Nanuque e procuramos detectar o grau de interferência do homem, por isso, pensamos que seja oportuno, nesse momento, fazermos uma reflexão mostrando o comportamento do homem dentro dos espaços naturais ao longo dos tempos e como ele vem assimilando o processo que envolve a sua necessidade de se modernizar sem ter que danificar rios, fauna, flora e solo. Em um primeiro momento da história, o homem é apenas mais um componente da paisagem, e suas atividades se baseavam na coleta e na caça. Portanto, cabendo a natureza o papel de determinar o comportamento dos grupos sociais ou de um único indivíduo dentro de um determinado espaço. Adotamos, aqui, o conceito de

NEVES (1996:59) que faz uma amarração dos ossos objetivos neste capítulo: “a idéia é basicamente observar mudanças nas atividades individuais e coletivas, concentrando-se sobre os mecanismos pelos quais comportamentos humanos e limites ambientais influenciam-se reciprocamente”. Analisamos alguns autores que relatam o processo de transição, onde o homem passa a dominar técnicas que farão com que ele obtenha um maior controle sobre alguns elementos da paisagem que habita.

“O índio nativo – a julgar pela boca do caboclo amazônico de hoje, e seu herdeiro mais próximo – admite que a natureza é tão dadivosa que o mal que se lhe faz durante o dia, ela regenera à noite. O que é certamente válido a seu nível técnico de exploração”. MONTEIRO (1981:106)

Para TAYLOR (1978:286), *“o selvagem vê-se a si próprio em relação constante com a natureza. O homem moderno, em compensação, sente que a Natureza só existe para a sua conveniência. Tem todo o direito de dominá-la, explora-la, domá-la”*. Com o aumento da capacidade de raciocínio, que acontece através de uma sucessão de estágios que se caracterizam pelo seu aperfeiçoamento tecnológico, o homem passa a conhecer e a aprender a paisagem que lhe interessa, assumindo uma postura imediatista sem se preocupar com os limites do meio físico. *“A natureza, da qual tinha uma profunda e direta dependência, como coletor de alimentos, e que o assustava com seus mistérios, começa agora a assustá-lo pela sua vulnerabilidade”*. (SANTOS, PRANDINI & OLIVEIRA, 1993:03).

DREW (1989:194), mostra que hoje, esta relação está centrada numa convivência movida pela razão:

“A velha idéia da Terra como um conjunto unitário, em que o homem fazia parte inseparável de um sistema de íntima e plena conexão, revive agora mais sob a visão científica do que sob a teológica ou filosófica. O conceito do homem como guardião da Terra vigora de novo, mais por egoísmo do que por benevolência para com o mundo natural”.

Acreditamos que se deva procurar um meio de conciliar o desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos naturais, o que é perfeitamente viável, no entanto, não podemos ficar atrelados a pensamentos extremamente nativistas e negar o nosso atual estágio de desenvolvimento técnico-científico, não há como *“desconsiderar*

as contribuições que a ciência e a tecnologia podem proporcionar ao em suas intervenções sobre a natureza” (BRESSAN, 1996:56).

Podemos fazer alguns questionamentos direcionados para nossos estudos locais objetivando compreender a relação homem-natureza em dois diferentes estágios, por nós divididos, assim: antes do conhecimento sobre a dinâmica natural e pós este conhecimento. Não estaríamos sendo presunçosos e injustos se assumíssemos a postura de julgar e condenar os pioneiros pelos possíveis danos causados a natureza, exigindo destes uma exploração dos recursos naturais voltada para uma conscientização que apareceu em nosso país somente por volta dos anos setenta? Como responsabilizar pessoas que por aqui passaram, abrindo picadas na mata, construindo estradas (1857), montando ferrovia (1881), instalando serrarias (1911) e enfrentando as adversidades naturais, terem uma postura baseada na preocupação com a preservação do meio natural? Estas pessoas não sabiam, sequer, se sobreviveriam.

A divulgação de estudos científicos sobre a interrelação entre os componentes naturais é recente e os possíveis desequilíbrios provocados pelo homem, ainda, carecem de maiores estudos. Tão quanto recentes as grandes manifestações ecológicas. Vejamos a posição de DORST (1981) em relação ao surgimento das defesas ecológicas:

“Ao lado da busca de soluções reais, quantas utópicas propostas nesta época tão rica de idéias falsas e de pseudociências! As mais generosas dentre elas, e também as ilusórias, são proferidas por aqueles que se autodenominam “ecologistas”. Décadas atrás, ninguém realmente se preocupava com o que então se chamava de “proteção à natureza”, salvo alguns naturalistas considerados excêntricos”. (p.123)

É inegável que as ações dos primeiros colonizadores provocaram mudanças de ordem ambiental (principalmente na vegetação), cujas consideraremos fazer parte de um processo natural na ocupação do espaço, porém, afirmar que as ações destes comprometeram o equilíbrio de todo um sistema que existia, aqui, nos parece uma conclusão precipitada. Não nos parece prudente transferir para as pessoas que viveram a quinhentos ou há duzentos anos atrás e que contribuíram para a construção de uma história de um espaço, a responsabilidade pelo início das mudanças ambientais pelas quais estamos passando, assim como remeter ao homem moderno a culpa de todas as

catástrofes (preferimos os termos, fenômenos naturais ou azares climáticos) naturais que acontecem nos dias atuais. Isto seria ignorar a existência de uma dinâmica natural. *“Uma abordagem geográfica da questão ambiental requer algumas considerações preliminares, de modo a evitarmos alguns equívocos que são tanto sérios quanto comuns”* (BECKER, CHRISTOFOLETTI, DAVIDOVICH & GEIGER, 1995:309).

“A prudência ecológica exige que raciocinemos em termos de décadas e de séculos, sem, contudo, cair num ecologismo igualmente abusivo que, em nome de um conservacionismo intransigente e concebido para a eternidade, chegue a renegar os fundamentos antropocêntricos de toda filosofia social” (SACHS, 1986:30)

Ao tratarmos a questão ambiental é aconselhável que deixemos de lado a paixão e o furor, sentimentos colocados sempre a frente pelos ecologistas radicais que, muitas vezes, caem num discurso político protecionista podendo levar a uma sensação de que a natureza e seus recursos são intocáveis. *“O homem pode e deve modificar a natureza, assim como pode e deve protegê-la”* (FERRY, 1994:174).

Tudo passa pela questão de como utilizar os recursos ambientais de modo a não comprometer o ciclo existente dentro de um sistema, sistema esse no qual o homem está inserido. A *“ecologia de charlatões”, com suas visões apocalípticas e sua permanente histeria, é mãe da violência*” (DORST, 1981:126).

Se hoje podemos refletir com tranqüilidade sobre as condições dos ambientes terrestres e a transformação dos componentes naturais com os quais estamos diretamente envolvidos, só é possível porque houve todo um processo histórico que implicou na dinâmica natural da paisagem e na evolução do homem. *“A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas”* (SANTOS, 1996:68).

Concordamos com a postura de MONTEIRO (1981) que se preocupa com o avanço das pesquisas que visem contribuir para uma melhor qualidade de vida e não se apreender em questões passadas. *“Para nós brasileiros será necessário desatarmos-nos do passado, tão curto e tão pouco frutífero, incorporar as suas boas aquisições e, em direção a um futuro melhor”* (p.124).

“O papel da pesquisa na questão do meio ambiente é claro. Ela deve voltar-se para o passado, a fim de seguir a evolução das coisas, compreender aquilo que determinou a situação atual e interpreta-lo para tirar lições. Deve-se interessar pelo presente, pois os políticos e também os simples cidadãos, esperam soluções para os seus problemas imediatos. E deve, acima de tudo, voltar-se para o futuro. Em vez de trabalhar segundo as exigências do momento, correr atrás dos acontecimentos e debater problemas já destituídos de atualidade” (DORST, 1981:136).

Capítulo IV

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE NANUQUE

1. UM DESENVOLVIMENTO PARA CADA AMBIENTE

Este capítulo tem por finalidade refletir sobre os aspectos ambientais e sociais identificados no transcorrer da pesquisa, sugerindo algumas propostas para melhorar a qualidade de vida da cidade de Nanuque, bem como a zona rural e os distritos de Vila Gabriel Passos e Vila Pereira.

“Desenvolver é adquirir os meios adequados, os meios mínimos de se alimentar, vestir, morar, cuidar da saúde, educar-se e, também, viver sua cultura. É preciso adquirir os meios para tudo isso e, ao mesmo tempo, é necessário tornar-se realmente independente. O desenvolvimento com segurança é a resultante da capacidade de cada país para tornar-se autônomo, sobretudo em alguns setores básicos como os de alimentação, energia, saúde, educação e cultura. Trata-se, para cada país, de colocar as raízes do desenvolvimento no seu próprio território, de fixar sua segurança e sua capacidade de resistir a qualquer pressão externa nos recursos naturais e culturais próprios” (RUELLAN, 1988:69-70).

Acreditamos que as palavras de RUELLAN, adaptando-as para a realidade de municípios como Nanuque, sugerem um caminho mais coerente para o desenvolvimento de núcleos urbanos ainda não contaminados pela total desorganização do seu espaço. Há muito, as chaminés deixaram de ser sinônimos de desenvolvimento, de progresso.

Cada vez mais a realidade mostra que, para cidades pequenas o desenvolvimento está na conservação e revitalização de seus testemunhos históricos (arquitetura), na preservação do seu meio ambiente, fortalecendo o ecoturismo e o turismo rural, enfim, buscar o desenvolvimento através de atividades que são peculiares ao município e não paradigmas exógenos de planos elaborados para grandes centros urbanos. Copiar um modelo externo sem que este esteja adaptado aos elementos naturais e a cultura da comunidade local, o processo de desenvolvimento, pode estar

fadado ao fracasso. Assim como temos vários tipos de degradação ambiental, temos diferentes tipos de ambientes que devem ser tratados de acordo com suas características físicas e humanas, portanto, antes de implantar qualquer tipo de projeto em um determinado espaço, é necessário que se conheça o meio local e o comportamento da população que nele habita.

“É tão incongruente uma nação pretender copiar um modelo de desenvolvimento estrangeiro quanto desejarmos obter um cavalo a partir do embrião de uma anta. Se formos, através de implantes e injeções de hormônios, criaremos um monstro. Um desenvolvimento que não respeita ou obedece à cultura de uma nação também leva à formação de um monstro” (BRANCO, 1988:83-84).

A respeito do desenvolvimento amplo, o município possui vários caminhos que podem ser seguidos, ou sugeridos aqui, por mais que possam parecer simplórios estão respaldados por essa pesquisa:

1) Utilização das margens da BR 418 para a instalação de um distrito industrial, a BR 418 funciona como um elo de ligação entre duas das principais rodovias do país, a BR 116 e a BR 101, facilitando o escoamento das mercadorias para as outras partes do Brasil; Seria o reaproveitamento da estrada que foi uma das obras responsáveis pelo isolamento do município-sede. Para fins de introdução de bairros residenciais sugerimos os espaços que se localizam na saída para o Estado do Espírito Santo na parte sul do município.

2) Uma outra via de desenvolvimento, que pode ser conjugada com a anterior, é a exploração dos elementos naturais através dos esportes da natureza, como a utilização do rio, principalmente nos períodos de cheias, para a prática da canoagem, como também, um projeto que vise a atividade turística dentro do futuro reservatório da barragem da hidrelétrica de Santa Clara. Dentro do contexto de utilização das águas fluviais em prol do turismo, o rio Mucuri, em sua porção urbana, deve receber um carinho especial para a sua reabilitação. A sugestão vai em direção da eliminação e ou adaptação ecológica, por completa, dos estabelecimentos que agredem de maneira química ou visualmente o rio. Nossa sugestão é que no lugar de alguns estabelecimentos principalmente os *trailers* de lanches, se implante uma área onde o nanuquense e os

visitantes possam admirar o Mucuri, trazendo a população para junto do seu principal elemento natural. Os *inselbergs* seriam utilizados para a prática de escaladas e descidas que valorizariam estes monumentos conseqüentemente protegendo-os da exterminação praticada pelas pedreiras e por desempregados. Afinal os *inselbergs* são os principais *outdoors* de Nanuque e toda a região.

3) É de fundamental importância a realização de pesquisas que visem a valorização do papel histórico de Nanuque, ainda pouco explorado, necessitando de estudos que façam uma ligação entre essa região e a ocupação do território brasileiro, afinal de contas, pouco depois da chegada oficial dos colonizadores ao Brasil, em 1554, já se registrava a navegação no rio Mucuri, no espaço de Nanuque. Essa pesquisa, caso realizada, contribuiria para o desenvolvimento do turismo histórico. São sugestões de projetos que proporcionariam o crescimento da atividade do ecoturismo, turismo rural e histórico através de parcerias com os hotéis urbanos e proprietários de fazenda, tendo em vista, que, neste momento, Nanuque não possui uma hotelaria, exclusivamente rural.

4) Consideraremos também, que atividades econômicas como a pecuária, sendo revitalizada e se integrando mais na vida da comunidade, poderá ser um caminho para trazer o desenvolvimento ao município. Ademais, esta atividade ainda é a que caracteriza Nanuque e está intrínseca na cultura da população, da mesma forma far-se-á com a indústria canavieira através dos seus derivados. O fato de um determinado município ter sua economia centrada em atividades primárias, como a pecuária, não implica que esta seja incapaz de gerar outras atividades que venham contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade, como introdução de centros de pesquisa, atração de indústrias, melhoria da qualidade de vida, da população local, etc.

5) E por último citamos a atividade de pesquisa científica. O município abriga uma diversidade de elementos naturais ainda pouco estudados, motivo que nos leva a indicar a criação ou transformação de algumas áreas verdes em reservas biológicas, como os residuais de Mata Atlântica que contêm além das espécies da flora nativa, algumas espécies da fauna que carecem de estudos (primatas, besouros, répteis etc.), como, também, a utilização de áreas verdes, como parques ambientais que sejam

voltados para a visitação pública e com caráter de auxílio aos professores das escolas locais. A intenção, aqui, é induzirmos a população a conhecer o ambiente em que vive, porque acreditamos que só assim ela poderá cultivar o conceito de preservação.

Para a implantação destes projetos ou de qualquer outro tipo de trabalho que vise a atração de turistas ou empresários, é necessário que a população seja preparada para se adaptar a um, provável, novo ritmo de vida. É importante que no desenvolvimento amplo a população perceba que se alguma obra pública vai beneficiar determinada rua, bairro ou distrito, todos que moram dentro de um mesmo limite geográfico estariam sendo beneficiados através da melhoria de qualidade de vida do seu vizinho e da sua comunidade.

A exploração dos recursos naturais do município de Nanuque teve seu início muito antes dos estudos que são, hoje, orientados pela preocupação com a inter-relação dos agentes da paisagem e destes com o homem. Porém, ao nosso entendimento, o estágio de estagnação e ou de declínio em que Nanuque atualmente se encontra está, muito mais, ligado ao período contemporâneo (onde a relação homem-natureza é amplamente debatida), com a má conduta da atividade extrativista vegetal (de caráter industrial), o fato de ter tido uma pecuária nociva à vegetação nativa e ao solo, e o mal ou nenhum planejamento urbano.

Hoje, Nanuque é uma cidade que não cultiva um referencial (histórico, cultural, turístico, econômico etc.) que a identifique e que possa conduzi-la para uma retomada de sua influência no Estado de Minas Gerais e perante os municípios circunvizinhos do sul da Bahia e do norte do Espírito Santo. Pensamos que esta retomada dependerá, em muito, da união dos políticos, entidades de classe e do envolvimento de toda comunidade para que juntos, busquem no ambiente natural, na tecnologia, nas habilidades individuais, nas atividades econômicas ou na junção de todas, a entrada para um desenvolvimento que atenda as características do município e região. Porém, alertamos que, a base para o desenvolvimento de todas as políticas (ambientais, econômicas, sociais etc.) passa por um plano (elaborado por uma equipe

multidisciplinar) que se adeque a fisionomia da paisagem e vise a atender os anseios da comunidade local.

As necessidades da população de um grande centro pouco têm a ver com as de uma população interiorana, assim como os problemas sociais, ambientais, econômicos etc., apresentados na cidade grande, diferem da cidade pequena. Nossa observação parece ser óbvia, no entanto, muitas vezes deixamos de dar uma maior atenção às situações que podem ser resolvidas com medidas simples e eficazes e procuramos uniformizar todos os problemas ambientais, sociais, culturais e até, o falar, são diferentes.

Registramos amiúde em nosso texto a exploração inadequada dos elementos naturais ocorrida em Nanuque. Não obstante, caso no futuro aparecer algum empreendimento que explore, racionalmente, a paisagem nanuquense (que tem um potencial turístico considerável e, ainda, inexplorado) e que em decorrência da sua atividade o município seja beneficiado, a utilização desta deve se viabilizada. Lembrando que um estudo preliminar, com uma larga margem de confiabilidade, sobre possíveis impactos no ambiente e na sociedade, é essencial para que não se incorra nos erros do passado.

“O nosso esforço de desenvolvimento não deve girar, exclusivamente, em termos predatórios ditados por exagerado imediatismo econômico, mas também não deve limitar o desenvolvimento em nome de uma poupança avara de recursos e de um equilíbrio ecológico discutível” (MONTEIRO, 1976:144)

O pensamento de MONTEIRO (1976), nos mostra uma alternativa lúcida de como conduzir um plano de desenvolvimento sustentável, baseado não em discursos radicais em defesa da ecologia, mas em estudos científicos que comprovem ou não a possibilidade de se utilizar recursos naturais sem provocar maiores danos ao meio no qual vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Importância da realização desta nossa pesquisa está na medida em que esta se propôs a servir de instrumento para o conhecimento da geografia local, provocar discussões e sugerir soluções para que daqui por diante os investimentos no município sejam planejados, haja vista, que este trabalho fornece algumas informações que são a base para a realização de projetos de infra-estrutura e de desenvolvimento amplo. Acreditamos que a pesquisa ultrapassou, apesar das dificuldades, as expectativas, não se tornando apenas uma Geografia Descritiva sobre Nanuque, foi fruto de um processo de amadurecimento científico adquirido nas etapas do Curso de Mestrado (apresentação do projeto de pesquisa, amplas discussões com professores, defesa da qualificação e tantas outras atividades). Temos a certeza de que este trabalho contribuirá para o conhecimento do espaço e dos elementos naturais do município e do entendimento da ocupação deste se traduzindo em subsídios para o entendimento da Geografia local e regional.

A pesquisa confirmou alguns aspectos que já eram de conhecimento geral, como por exemplo, a paisagem marcada pela presença dos *inselbergs*. Estes grandes blocos de granito estão presentes, também, nas regiões do Sul da Bahia e do norte do Espírito Santo, onde verificamos uma intensa exploração deste tipo de rocha. Essas regiões possuem uma semelhança entre as suas paisagens, que além dos inúmeros *inselbergs*, têm uma topografia acidentada dominada por vales e esculpida por vários canais fluviais, uma vegetação caracterizada por pastagens, pequenos focos de Mata Atlântica e a introdução de algumas culturas, como o mamão e café. Todo esse complexo (Nanuque e regiões do Espírito Santo e Bahia) é fruto do mesmo processo geológico e climático que deram a essa região uma conformação peculiar do seu relevo.

“CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE NANUQUE NO ESTADO DE MINAS GERAIS ” procurou discutir algumas questões que causam controvérsias. Uma delas é quanto a localização geográfica do município dentro de Minas Gerais, confirmando que o mesmo se encontra no Leste mineiro. Um

outro ponto foi tratarmos a ocupação e formação do município com uma postura científica e sensata, procurando ter sensibilidade com o meio ambiente, porém, não tratá-lo com o ardor de leigos ecologistas. Mostramos que o desmate de uma área é inerente a sua ocupação primitiva para que nasça um núcleo urbano e ou rural e tratarmos de maneira diferenciada o desmate comercial ocorrido no município e desmate de cunho desbravador que visava a uma área para a construção de um espaço.

Foi possível, através da interpretação dos dados pluviométricos, comprovar que apesar da exploração predatória da vegetação nativa, esta atividade não influenciou nos índices de pluviosidade na região que se mantiveram sem grandes alterações, pois o clima da área depende basicamente das massas originadas do litoral que penetram no município com muita facilidade. Existem documentos como, por exemplo, mapas, sobre aspectos físicos de Nanuque, porém são descrições generalizadas e por possuir essa característica os dados podem, em sua maioria, trazerem informações equivocadas. Acreditamos, que este estudo, de caráter pontualizado, possa acrescentar dados mais precisos, que em muitas vezes, nem mesmo fotografias de satélites, poderiam nos dar, concernentes a esta região mineira.

Pensamos que não se deve desprezar as pesquisas que apontam uma disritmia dentro de um terminado sistema quando este tem algum dos seus elementos modificados brutalmente. O que os parece ser necessário é o aprimoramento dos estudos e de técnicas que possibilitem uma informação mais precisa acerca do grau de um, possível, desequilíbrio. *“Há que se levar em conta que não se tem, até o momento, métodos cientificamente fundamentados para aquilatar o grau admissível d intervenção do homem, em um determinado ambiente”* (ROSS, 1997:15).

O equilíbrio de um sistema não deve ser entendido como uma fase de estática ou paralisia, mas sim, de uma atuação interativa e contínua entre os componentes que fazem arte de uma determinada paisagem.

A despeito do contexto ambiental-econômico-social do município, concluímos que houve um intenso uso do meio físico, principalmente da vegetação e do

solo, que refletiu na e sobre a mobilidade da população do município. É a eterna relação entre o homem e o meio onde habita. Se fizermos uma analogia com o modo de vida dos antigos indígenas (quando somente caçadores e coletores), guardadas as devidas proporções e aspirações, vamos ver que pequenos centros urbanos com Nanuque quando perdem o poder de produzir fontes de sustentação para seus habitantes, estes se vêem obrigados a procurarem outros centros para satisfazer suas necessidades pessoais, que neste caso foi a necessidade econômica. Esta mudança de endereço por motivos econômicos é o que GEORGE (1974:104) chama de “migrações econômicas temporárias”. Para ele esta é *“a solução mais simples para o problema imediato do emprego, quando o empregador ou o poder de tutela do empregador não desejam encarregar-se da instalação e da manutenção social de um excesso de população correspondente à necessidade da força de trabalho”*. Entretanto, estas migrações passam de caráter temporário para definitivo, pois, a cidade de onde esse contingente de pessoas saiu, ainda, não consegue oferecer condições de retorno profissional e ou financeiro.

Todo esse contexto do êxodo tem a ver, também, com o posicionamento da classe dominante (políticos, fazendeiros, comerciantes etc.) durante os tempos em que Nanuque era uma referência no Estado de Minas Gerais. Tanto no “Período Bralanda” como no *boom* da pecuária local, alguns líderes se omitiram das questões sociais e a população por sua vez não possuía a cultura de se manifestar, confiava em quem detivesse o poder, ou por opção ou por medo do sistema político predominado pelos coronéis, que não assumiam o controle do município oficialmente, no entanto, coordenavam os bastidores da polícia local através do poder econômico que detinham.

Não podemos deixar de registrar que a região de Nanuque foi, no passado, um dos lugares mais aterrorizantes do Brasil, isso faz parte da história local. Porém, a fase atual da política local mostra uma transição, onde as pessoas se manifestam buscando os seus direitos, fato, que pode ser comprovado através das organizações sindicais e associações de defesa do consumidor.

Percebe-se que Nanuque vem passando por uma fase de decadência (na pior das hipóteses, estagnação) e que levou a perda da influência econômica perante algumas cidades do extremo sul baiano e extremo norte capixaba, assim como em outras localidades do Vale do Mucuri. Esta situação nos leva a fazer uma análise do município sob a ótica de DEL RIO & OLIVEIRA (1996) quanto a questão os sentimentos que os moradores sentem pelo seu lugar de origem. O atual estágio pelo qual Nanuque passa provocou entre vários moradores um sentimento de aversão pelo município, um sentimento de tofobia. Por outro lado a nossa pesquisa é concluída no momento que começa um período de transição política municipal, onde a esperança da população se renova com um novo governo que promete reerguer o município economicamente perante o Estado e regiões circunvizinhas, resgatando a auto-estima do nanuquense traduzindo no sentimento de tofilia. O sentimento de afetividade pelo município faria com que os moradores resgatassem alguns valores culturais (topo-reabilitação) arrasados, principalmente pelas ações políticas, como, por exemplo, a degradação de praças e complexos históricos e monumentos tombados como patrimônio cultural e paisagístico (Pedra Bueno e Cachoeira do Tombo), o topocídio.

É necessário que haja uma maior interação entre a cidade de Nanuque com o distrito de Vila Pereira e a Vila de Gabriel Passos, sentimos que estas comunidades vivem à margem do que acontece no município-sede. O município de Nanuque é composto pelo município-sede e as outras comunidades que vivem no mesmo espaço geográfico e que contribuem com a política e as finanças do município. Alertamos para o fato de algumas cidades da Bahia e do Espírito Santo e outras de Minas Gerais (como Carlos Chagas) já possuem uma influência considerável dentro de algumas vilas e distritos de Nanuque, fazendo com que a população desses lugares tenham uma vida cada vez mais independente da cidade de Nanuque.

Através das entrevistas informais com os moradores locais e de cidades que estão na mesma região de Nanuque podemos registrar um sentimento que pensamos ser conveniente registrar em nossa pesquisa. Além de existir paisagens que se assemelham em todos os aspectos (hidrografia, relevo, vegetação, clima etc.), os moradores dessa região têm fortes ligações histórica, cultural e econômica, e que no futuro poderiam,

caso aflore um desejo separatista desta região, formar uma outra unidade federal. Aqui não está expresso nenhum desejo de levantarmos essa bandeira, estamos somente reavivando o que foi levantado na história da região, onde esta área faria parte de um Estado chamado Cabrália. E para título de informação, já existe um movimento separatista liderado pela cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, para a concepção de um novo Estado brasileiro (teria o nome de Estado de São Francisco) que agregaria além do norte de Minas Gerais, parte do sul da Bahia e do Vale do Mucuri.

As observações políticas, que são pertinentes ao nosso trabalho, no que tange as administrações realizadas ao longo dos 52 anos de emancipação política de Nanuque, por mais que possam parecer críticas severas, elas têm o caráter elucidativo, pois, temos a consciência de que nem tudo foi realizado de maneira indevida, foi propositadamente. Preferimos acreditar que os erros apontados, por nós, erros cometidos pelos governantes e pela classe influente do município, se deram muito mais pela falta de conhecimento técnico, empolgação pela vontade de ficarem na história do município e ingenuidade, do que propriamente terem sido praticados de maneira dolosa.

Acreditamos que cumprimos com o objetivo de toda pesquisa científica que é o de produzir conhecimento, não o conhecimento definitivo, mas o conhecimento que promova discussões e que sugere propostas de soluções, não ficando atrelado aos erros cometidos no passado, porque pensamos que esse é uma das finalidades de um trabalho de pesquisa, além de um grande idealismo, cujo sentimento está intrínseco em nós, a credibilidade, numa linguagem que possa ser entendida por todos os níveis de instrução.

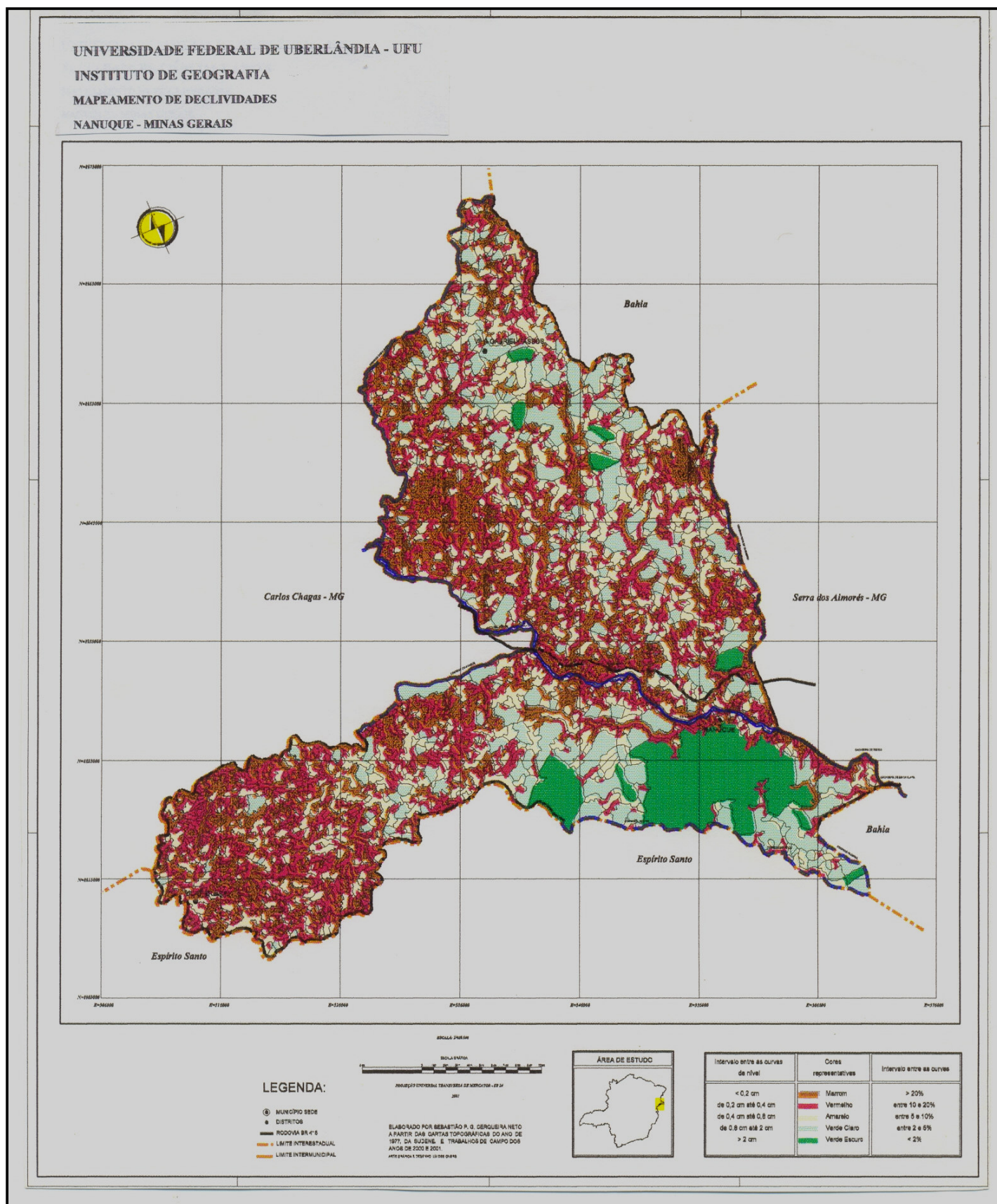
A pesquisa se propôs a realizar, dentro das nossas possibilidades, um levantamento dos aspectos geográficos de Nanuque analisando, principalmente, os elementos físicos (relevo, vegetação, solo etc.), o entanto, não esquecendo das atividades humanas processadas sobre estes elementos e o resultado dessa relação. Evidentemente, que não temos a pretensão de estar realizando uma obra que esteja, totalmente, acabada. Há, ainda, muitas verdades e equívocos a serem discutidos sobre o município de Nanuque. Por ser um trabalho inicial e inédito sobre a geografia geral de Nanuque, ele é passível de erros, erros estes, que dependerão de outros trabalhos científicos para serem constatados e corrigidos. Acreditamos que nossa pesquisa representa a confecção da primeira carteira de identidade geográfica de Nanuque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. **Geomorfologia** – Domínios morfoclimáticos do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo / Instituto de Geografia, 1970.
- _____. **Geomorfologia** - Um conceito de Geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. São Paulo: Ed. USP, 1969.
- ALMEIDA, F. M. de.; HASSUI, Y. [org.] **O pré-cambrianos no Brasil**. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.
- ANDRADE, M. C. de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife: Sudene / Coord. Planej. Regional, 1982.
- AZEVEDO, A. [coord.] **Brasil: a terra e o homem**. As bases físicas. vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- AYOADE, J. O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Nanuque**. Fortaleza: Ministério do Interior, 1984.
- BECKER, B. K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P.P org. **Geografia e meio ambiente o Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BONETI, L. W. **O silêncio das águas** – Políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- BRANCO, S. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.
- BRESSAN, D. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CETEC. **Diagnóstico ambiental do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1983.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia** fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.
- CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988. **Da Política Urbana**. Cap.II art. 182.
- CURI, N. [coord.] **Vocabulário de ciência do solo**. Campinas - SP: SBSCS, 1993.
- DEL GROSSI, S. R. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: F.F.C.H. / USP, 1991. (Tese, Doutorado).
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepções ambientais** – A experiência brasileira. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.
- _____. **A força do ser vivo**. São Paulo: Melhoramentos – USP, 1981.
- DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- FELTRAN FILHO, Antônio. **A Estruturação das paisagens nas chapadas do oeste mineiro**. São Paulo: 1997. 252p. Tese (Doutorado em geografia) – FFLCH – USP.
- FERRI, M. G. **Vegetação brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- FERRY, L. A nova ordem ecológica: a árvores, o animal, o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FONSECA, C.M.I. **Nanuque, seu povo, sua história**. Brasília – DF. 1985
- GEORGE, P. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1974.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B. **Geomorfologia** – Uma atualização de bases e conceitos. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 2.ed. Rio de Janeiro. IBGE, 1996.
- IBGE. **Geografia do Brasil – Região Sudeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959/

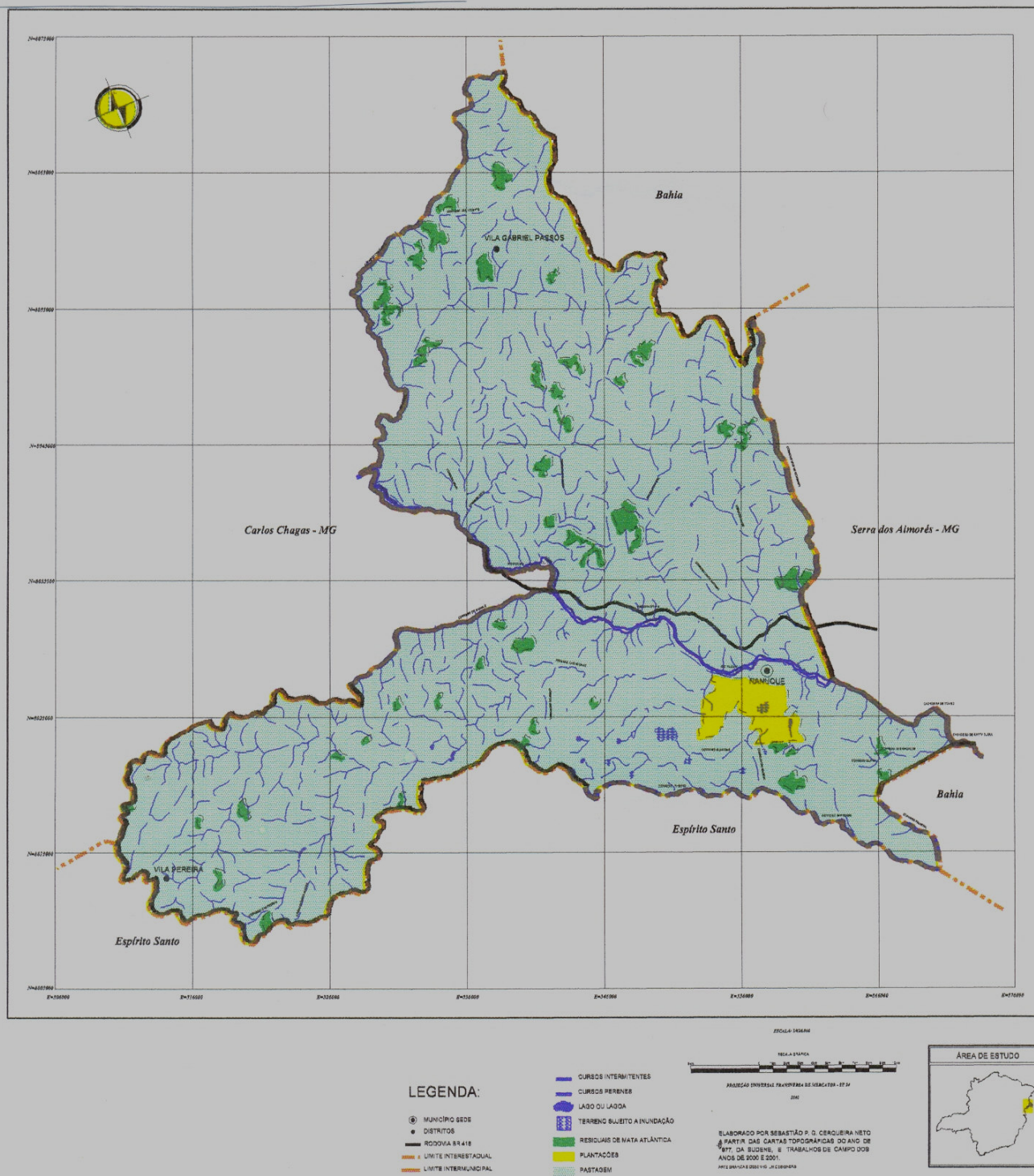
- JORNAL FOLHA DE NANUQUE (JFN). Nanuque, 29 de dezembro 1998.
- JORNAL MINAS GERAIS (JMG). Belo Horizonte, 09 de fevereiro 1984.
- LEPSCH, I. F. **Solos: formação e conservação**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- MONTEIRO, C.A. de F. **A questão ambiental no Brasil (1969 – 1980)**. São Paulo: IGEOU – USP, 1081.
- _____. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IBGE – USP, 1976. (Tese Livre-Docência).
- NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- NISHIYAMA, L.; ZUQUETTE, L. V. **Águas subsuperficiais: procedimentos para levantamento e estimativa de informações para elaboração e apresentação do mapa de profundidade saturada**. Geociências, São Paulo. 16 (2) 581-607, 1997.
- ORELLANA, M.M.P. **Metodologia integrada o estudo do meio ambiente**. Geografia, 10 (20) 125-146, 1985.
- PELOGGIA, A. **O homem e o ambiente geológico** – Geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo. 1.ed. São Paulo: Xamã, 1998.
- RESENDE, M. **Pedologia**. Universidade Federal de Viçosa- UFV. Viçosa – MG, Imprensa Universitária, 1990.
- REVISTA NANUQUE (R/N). ano III, n. 03. 1970.
- RIBEIRO, A . G. **O clima da reserva florestal de Linhares – ES**. Sociedade & Natureza. Universidade Federal de Uberlândia – Depto. De Geografia V. 10, N. 19, 1998: EDUFU
- ROSS, J. L. S. **Geomorfologia** – Ambiente e planejamento. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- RUELLAN, A. Pedologia e desenvolvimento: a ciência do solo ao serviço do desenvolvimento. **XXI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo**. SBCE, 1998.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Vértice, 1986.
- SANTOS, A . R. dos.; PRANDINI, F. L.; OLIVEIRA, A. M. S. **Limites ambientais do desenvolvimento: geociências aplicadas, uma abordagem tecnológica da biosfera**. ABGE, 1990.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, **O trabalho de geógrafo no terceiro mundo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: Supren, 1977.

Mapa 01



Mapa 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 MAPA DE HIDROGRAFIA - COBERTURA VEGETAL - USO DO SOLO
 NANUQUE - MINAS GERAIS



Mapa 03

